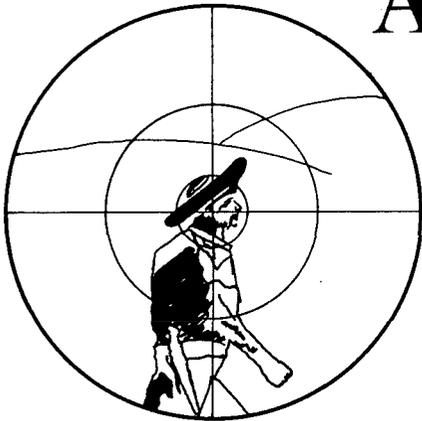


Aconteceu

VIOLÊNCIA NO CAMPO:

KARDEX	<input checked="" type="checkbox"/>
MC	()
PP	()
DOSS. GERAL	()



ASSASSINATOS

SELETIVOS

Antônio Fonteles, irmão do deputado estadual Paulo Fonteles, assassinado dia 11 de junho na cidade de Ananindeua, na área metropolitana de Belém, acusou ontem, em discussão com o delegado Otacílio Mota, encarregado das investigações, o deputado Fausto Fernandes (PMDB), eleito com o apoio da UDR (União Democrática Ruralista), de envolvimento na trama do assassinato. O crime teria sido tramado na segunda quinzena de maio do ano passado, numa reunião na cidade de Rondon do Pará, com a participação de Fernandes e três fazendeiros, identificados apenas pelos prenomes de Ariston, Almino e Jocélio, este também prefeito de Paragominas e presidente da Associação dos Criadores de Gado de Rondon. As revelações da reunião foram transmitidas a Antônio Fonteles pelo secretário do deputado Fausto Fernandes, A-

delson Juliano, a 8 de julho de 1986, sob promessa de que o assunto não poderia ser divulgado ou Antônio Fonteles morreria. Apesar da ameaça, Antônio contou tudo particularmente ao irmão, que entretanto revelou a trama na Assembléia Legislativa, no dia seguinte. A trama incluía uma extensa lista a ser assassinada: ele próprio, Paulo Fonteles, militante do PC do B, advogado de posseiros do sul do Pará e defensor intransigente da reforma agrária, mais os padres Josimo e Ricardo, o deputado federal Benedito Monteiro, o hoje deputado estadual João Batista, a candidata a deputada estadual pelo PC do B Socorro Gomes e os líderes sindicalistas Benezinho e Canuto. Da lista já foram assassinados Fonteles, Josimo, Benezinho e Canuto, ou seja, a metade dela. (JB - 30/7/87)

Aconteceu

nº 420 - Agosto/1987

**CEDI Centro Econômico de
Documentação e Informação**

Rua Coaraze Velho, 98, fundos
Telefone: 205-8197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5644
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cu-
nha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jethor Pereira Ramalho (coor-
denador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grólli Borges
Nelde Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Mesquita Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do economismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar das Cartas do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Econômico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 65 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Econômico de Documentação e Informação
Rua Coaraze Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

'GRUPO DO CONSENSO'

CONSEGUE APOIO SUPRAPARTIDÁRIO

Um amplo processo de negociação dos pontos polêmicos da nova Constituição foi deflagrado ontem, em uma reunião na biblioteca da Câmara dos Deputados, com a presença de parlamentares de quase todos os partidos do Congresso constituinte e o apoio dos presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel. O "grupo do consenso" - como é conhecida a articulação - já pode ter conquistado a maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização. O PT, que vinha resistindo a integrar grupos suprapartidários de negociação, enviou um representante, o vice-líder Plínio de Arruda Sampaio (SP), que passou a engrossar a lista de relatores do grupo. Na próxima reunião, marcada para o dia 5 de agosto, será discutida uma lista de dezenove pontos polêmicos da nova Constituição. "Vamos bater o martelo sobre todos os pontos", disse o vice-líder do PMDB, deputado Antonio Britto (RS). O propósito do grupo é apresentar emendas conjuntas ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. "Já temos a maioria da Sistematização", afirmou o vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR). Segundo ele, dos 93 membros da comissão, dezoito deveriam ter comparecido à reunião de ontem. Não foram, porque estavam viajando. "Vamos ter uma Constituição negociada, atendendo a média da sociedade", disse Covas, que estimulou a formação dessa articulação, pedindo a todos os seus vice-líderes que comparecessem. Depois de fixados os dezenove pontos polêmicos, o "grupo do consenso" excluiu três assuntos em que se considerava impossível uma conciliação: sistema de governo, duração do mandato presidencial e sistema eleitoral. Mesmo assim, Cabral afirmou, logo após a reunião, que

não acreditava numa solução alternativa para a reforma agrária e a anistia aos militares cassados. (FSP - 30/7/87)

PRÓ-DIRETAS VAI TENTAR APROVAR EMENDA

Uma emenda ao plenário da Constituinte patrocinada pelos líderes partidários integrantes do Comitê Pró-Diretas é a mais nova arma dos que defendem um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Ela foi assinada numa reunião, ocorrida ontem pela manhã, na Biblioteca da Câmara pelos líderes da coordenação nacional do movimento, e posteriormente encaminhada à Comissão de Sistematização. A emenda estabelece que o mandato do presidente Sarney terminará no dia 15 de março de 1989. Haverá comícios em doze cidades, inclusive dez capitais, e o encerramento da campanha será no Rio e em São Paulo, nos dias 25 de setembro e 4 de outubro, coincidindo com as votações no plenário da Constituinte", informou o deputado José Genoíno (PT-SP). Estavam presentes à reunião de ontem o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o senador Afonso Camargo (PMDB-PR), o presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, o deputado Fernando Lyra (representando o Movimento de Unidade Progressista do PMDB), o líder do PC do B, Haroldo Lima, o presidente da CUT, Jaír Meneguelli, um representante do Partido Verde e representantes do Partido Verde e representantes da Andes, Fenaj, UNE, Conam e Plenário Pró-Participação na Constituinte. É o seguinte o calendário dos comícios: 7 de agosto, Caruaru; 10, Campinas; 21, Belo Horizonte; 26, Goiânia; 28, Salvador; 4 de setembro, Recife; 5, Maceió; 6, Aracaju; 11, Porto Alegre; 18, São Luís; 25, Rio de Janeiro; 4, São Paulo. (JB - 30/7/87)

**CIENTISTA PREVÊ ORDEM
LIBERAL E ECONOMIA CONSERVADORA**

O cientista político Herbert Souza, pesquisador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), previu, em um exercício especulativo sobre a futura Constituição, que a nova ordem será liberal na política e conservadora na economia, sob o sistema presidencialista de governo. Na análise do que chamou de "os quatro Brasis possíveis", ele definiu cenários políticos - neo-autoritarismo, liberalização sem reformas, liberalização com reformas sociais importantes e democratização com reformas culturais - medindo com estrelas as respectivas possibilidades de ocorrência. O neo-autoritarismo, que seria o retorno ao regime militar, recebeu apenas uma estrela, o mesmo número atribuído à situação do extremo oposto - democratização com reformas estruturais, sob o parlamentarismo. A hipótese liberalização com algumas reformas sociais importantes, que inclui um sistema misto de parlamentarismo e presidencialismo, teve três estrelas. Mas perdeu para liberalização sem reformas, (quatro estrelas), porque, segundo Herbert, "nossos liberais não primam pela coerência entre discurso e prática". A possibilidade de retorno ao autoritarismo, acredita Herbert Souza, é remota. Só ocorreria num quadro de explosão social e colapso do governo. "Quando se pensar no prestígio do presidente Sarney, vem a dúvida: uma ou três estrelas? Mas fica uma estrela para espantar o demônio". O cenário liberalização sem reformas foi definido a partir de posições assumidas pelo governo. O presidente José Sarney já comunicou à Constituinte que, além do mandato de cinco anos, quer a manutenção do sistema presidencialista. A política econômica do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tem como pressuposto o reatamento com o

FMI e adotou o arrocho salarial como principal arma de combate à inflação. No horizonte da renegociação da dívida externa está a oferta de dólares feita pelo Japão e o próprio Sarney apontou o caminho da abertura ao capital estrangeiro, como saída para impulsionar o desenvolvimento. "Pelo rumo que a conjuntura segue e pela tendência dominante da história brasileira, marcada pelo autoritarismo e conservadorismo de nosso processo político, creio que esse ainda é o cenário dominante. Dou para ele, contra a minha vontade, quatro estrelas", justificou Herbert. Ele explicou que "um cenário é uma construção teórica, política e ideológica. A construção teórica de uma realidade é também a expressão de um desejo, um medo ou uma utopia". Lembrou que a técnica de projetar cenários é usada tanto por cientistas políticos como por empresas de consultoria, que fazem diagnósticos de conjuntura para orientar investimentos em países do Terceiro Mundo. "Mas reconheço que nada é mais difícil e perigoso que falar sobre o futuro. Uma vez participei de um seminário na Bolívia e um brilhante e temerário cientista político boliviano sentenciou, às dez da noite: terminou a época dos golpes militares na Bolívia. As onças as agências anunciavam um novo golpe", contou Herbert Souza. (JB - 3/8/87)

**CNBB LEVA A ULYSSES
PROPOSTAS DE EMENDA**

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, entregou ontem ao presidente do Congresso Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, quatro propostas de anteprojeto da Constituição, subscritas por um total de 1.761.519 eleitores. As propostas determinam a proibição expressa do aborto; a primazia do trabalho sobre o capital; a liberdade reli-

giosa e a livre criação de escolas, admitindo que sejam apoiadas financeiramente pelo Poder Público ou por entidades privadas. Ao entregar as quatro propostas de emenda de iniciativa popular, d. Luciano Mendes de Almeida afirmou que o número de assinaturas obtido representava a "confiança popular" no Congresso constituinte e no "processo de democratização do país". Disse ainda que o elevado número de adesões "é uma atitude que demonstra vontade de participação" e que as sugestões apresentadas "são passíveis de modificações, cabendo aos constituintes harmonizá-las e valorizar a confiança do povo". O deputado Ulysses Guimarães considerou os documentos como uma demonstração do "sucesso da mobilização popular", afirmando que a presença da Igreja "nos ajuda rá a errar menos". (FSP - 30/7/87)

Igrejas

PADRES NEGROS CONSIDERAM DUQUE DE CAXIAS 'FALSO HERÓI'

A Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Rio de Janeiro preparou uma cartilha para a Campanha da Fraternidade/1988, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo tema será a situação do negro no Brasil. Intitulada "Ouvi o Clamor Deste Povo Negro", a cartilha diz que o duque de Caxias, Rui Barbosa, o bandeirante Domingos Jorge Velho e a princesa Isabel "são falsos heróis que contribuíram para o massacre do negro no Brasil". Publicada pela Editora Vozes, de Petrópolis (RJ), está sendo utilizada por Comunidades Eclesiais de Base da Baixada Fluminense (norte da região metropolitana do Rio de Janeiro) e de outras regiões metropolitanas do país e grupos negros. A cartilha apresenta duas perguntas para os debates comunitários: "Que outros

falsos heróis você percebe na sociedade? Por quê?" e "É certo obrigar os estudantes negros a marchar em homenagem a duque de Caxias?" Afirmando que "os heróis dos poderosos nem sempre são os heróis do povo negro", a cartilha diz que Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, lançou "nossos jovens negros no inferno da Guerra do Paraguai", ressaltando que, "mesmo assim, após a guerra, um grande número de jovens negros estava pronto para retornar aos seus parentes". Segundo a cartilha, "vendo que os soldados eram hábeis e corajosos no manejo das armas, Caxias escreveu ao imperador pedindo orientação, pois estava com medo que estes corajosos negros, que tinham vencido a guerra do Paraguai, ao retornar ao Brasil, fizessem uma justa revolução interna, a exemplo do Haiti". Para os autores da cartilha, "os dados estatísticos dizem que, antes da guerra, a população negra era de dois milhões e meio de pessoas e, após a guerra, caiu para um milhão e meio de pessoas". A cartilha afirma ainda que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 1888, "pressionada pelo sistema" e "devolveu os negros aos porões da humanidade". Rui Barbosa também é acusado pelo texto, que afirma ter sido ele "o grande responsável pelo povo negro não poder hoje recuperar totalmente as raízes históricas de onde veio" já que "foi ele quem mandou queimar todos os arquivos sobre a escravidão negra, para 'apagar a mancha da escravidão' e queimou, assim, os documentos da nossa ligação histórica com a Mãe África, fazendo, para os negros, um mal irreparável". Sobre Domingos Jorge Velho, a cartilha diz que "foi o grande sanguinário que, com muito esforço, destruiu Palmares e assassinou Zumbi, privando o povo negro de continuar sua experiência de vida fraterna, rumo à caminhada para a liberdade". (FSP - 30/7/87)

MOVIMENTO NEGRO CONCORDA COM A VERSÃO

A cartilha foi bem recebida pelos movimentos negros de São Paulo. "Acho um avanço, principalmente partindo da Igreja, que foi um dos agentes formadores do racismo no Brasil. O conteúdo é correto e avançado", afirmou Dulce Maria Pereira, produtora e apresentadora de televisão e membro do Memorial Zumbi, grupo que trabalha na restauração da história dos quilombos. Afirmando que é válida qualquer iniciativa que vise a uma nova interpretação da história, sob a ótica da verdade, o sindicalista Hédio Silva Júnior, da Comissão de Negros do PT, declarou que é importante mostrar que não são falsos apenas os heróis, mas que o processo histórico é transmitido para as pessoas de maneira errada. "A princesa Isabel não é uma heroína, mas seu ato foi um marco histórico resultante de interesses econômicos e não humanitários. E o duque de Caxias dava liberdade para o negro que fosse para a linha de frente na Guerra do Paraguai, expondo-os à morte pura e simples, o que é demais condenável. E essa mesma pessoa é hoje patrono do Exército brasileiro". Neuza Maria Pereira Lima, assessora para assuntos comunitários do Conselho da Comunidade Negra, órgão vinculado à Secretaria de Governo do Estado, acha que a cartilha é correta, mas seria mais importante "levantar os verdadeiros heróis negros que permaneceram escondidos, como Zumbi, José do Patrocínio e Lima Barreto. Seria mais útil para a construção da identidade negra". (FSP - 30/7/87)

HISTORIADORES: ANÁLISE SIMPLISTA

Historiadores ouvidos ontem pela **Folha** criticaram a forma como a visão do problema escravagista foi apresentada na carti-

lha "Ouvi o Clamor Deste Povo Negro", considerando que as ações históricas não podem ser individualizadas. Para eles, a questão não deve ser centrada no duque de Caxias, por exemplo, mas na própria lógica do sistema sócio-econômico da época. "Dizer que o duque de Caxias foi um exterminador de negros e não reconhecer o valor histórico do 13 de Maio é de um radicalismo simplista e revela desconhecimento da história", afirmou a pesquisadora e historiadora negra Maria Beatriz Nascimento. O historiador marxista Nelson Werneck Sodré foi mais crítico: "Os comentários da cartilha são inteiramente absurdos, pois todos os personagens da história só podem ser estudados no contexto em que viveram e atuaram". Para Júlio José Chiavenatto, historiador e autor de três livros que abordam a questão, entre eles "Guerra do Paraguai, o Genocídio Americano", a responsabilidade pela grande mortandade de negros na Guerra do Paraguai foi do sistema, "de quem Caxias também foi vítima". O professor Jobson Arruda, chefe do departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que não há "evidência histórica" para provar a tese de que houve um extermínio premeditado dos negros durante o Império. Visão mais favorável à cartilha teve a professora de sociologia Maria Victória Benevides, que leciona na Faculdade de Educação da USP. Para ela, o grupo que preparou o documento "tem uma perspectiva radical da história", com a qual concorda na questão específica dos negros. Sobre a queima de arquivos por Rui Barbosa foram unânimes: foi feita para evitar o pagamento de indenizações exigidas pelos donos de escravos libertos, "posição eticamente compreensível porque poupou o tesouro de uma despesa considerável", segundo Werneck Sodré. (FSP - 30/7/87)

D. EUGÊNIO ROMPE UNIDADE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Pela primeira vez, desde que foi criada em 1964, a Campanha da Fraternidade/1988, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), terá uma dissidência. A Arquidiocese do Rio de Janeiro promoverá, no próximo ano, uma campanha própria com uma mensagem diferente da que está sendo proposta pelo episcopado brasileiro. A iniciativa é do próprio cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Salles, insatisfeito com a linha de reflexão adotada pela comissão redatora da CNBB, que prepara o texto-base nacional para a Campanha da Fraternidade, fundamentado no slogan "Ouvi o clamor deste povo", para discutir a questão dos negros brasileiros. A Campanha da Fraternidade do ano que vem no Rio de Janeiro terá como tema a mensagem "Muitas raças, um só povo", além de um texto-base, cartazes e subsídios litúrgicos específicos. O texto-base da Arquidiocese do Rio prioriza a tese da integração racial e relativiza o papel da Igreja no processo escravocrata. O coordenador da Campanha da Fraternidade na Arquidiocese do Rio de Janeiro, o sociólogo Cândido Feliciano da Ponte Neto, disse ontem, às 14h30, que a orientação de d. Eugênio Sales é a de que o tema da campanha "seja adaptado às peculiaridades da questão negra no Rio de Janeiro, dentro de uma linha de integração racial". O coordenador destacou que o texto em preparação na Arquidiocese do Rio de Janeiro "denuncia todas as formas de discriminação contra a pessoa humana e não somente contra o negro, tomando-o apenas como referencial" e que "a integração racial deve ser assumida por todos os cristãos, como uma obrigação evangélica". A tese da comissão redatora da campanha no Rio é a de que "a discriminação sofrida pelo negro no Brasil é mais social e econômica do que racial". Segundo Cândido

Feliciano, "nas favelas do Rio, a maioria dos moradores é de negros, que convivem harmoniosamente com brancos e amarelos". (FSP - 31/7/87)

ENCONTRO CRIA CONSELHO DO CANDOMBLÉ

Yalorixás e babalorixás da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Brasília, além de yaôs e ogans de outros estados do Brasil, decidiram no Encontro Nacional da Tradição dos Orixá e Cultura - preparatório da 5ª Conferência Mundial da Tradição dos Orixá e Cultura, prevista para o Haiti -, encerrado ontem, criar o Conselho Religioso do Candomblé - o mesmo que a CNBB representa para a Igreja Católica -, para unificar as diversas ramificações da religião de origem africana e da religião afro-brasileira no país. O Conselho, com representação de mães e pais-de-santo dos terreiros de candomblé do país, terá o papel de instância superior nas decisões que envolvam os rumos da religião dos Orixá, segundo afirmou a Mãe Stella Azevedo, do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, local onde se realizou o encontro. A dimensão nacional e internacional do candomblé - a 5ª Conferência Mundial da Tradição dos Orixá e Cultura, previsto para o próximo ano, no Haiti, vai tentar unificar as religiões de origem africana dispersas pela América Latina, Caribe, Estados Unidos e África - foram os temas dominantes dos debates em Salvador. O encontro discutiu as formas de promover a troca de experiências entre casas e terreiros de todo Brasil, examinou a situação da religião afro-brasileira e a proposta, que foi aprovada, do conselho, também chamado Conselho Nacional da Tradição dos Orixá e Cultura. Pela primeira vez, houve uma discussão pública sobre o racha ocorrido em 1983 entre os religiosos da África e os religiosos dos Estados Unidos e Caribe, na 2ª

Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura. Os africanos, liderados pelo reitor da universidade de Ifé (Nigéria), Arcebispo Abombolá, decidiram naquele ano realizar uma conferência paralela, em Ifé, para discordar das orientações das organizações da Conferência oficial, realizada em Nova Iorque. Para a yalorixá Stella Azevedo, "religião e cultura são áreas que andam em paralelo" e, portanto, não deve haver supremacia de uma sobre outra. Por esta razão, o Conselho Religioso decidiu remeter para debate dos terreiros de todos os estados a discussão sobre duas propostas encaminhadas por "intelectuais": a criação do Instituto Nacional da Tradição dos Orixás e Cultura e o acesso dos terreiros brasileiros à criação do Instituto Internacional para Documentação Histórica e a continuidade da religião e cultura na África e nas Américas. O encontro aprovou uma moção dirigida à Assembleia Nacional Constituinte, para que no texto da nova Carta Constitucional haja o reconhecimento da ampla liberdade de religião e, especificamente, a liberdade de religião dos descendentes de africanos e da religião afro-brasileira. Foi também aprovada moção dirigida ao governador da Bahia, Waldir Pires, para que sejam tomadas providências visando à retirada do posto de gasolina Esso da área do Terreiro da Casa Branca, na Avenida Vasco da Gama, em Salvador. O posto foi construído no local onde existia um barco sagrado dedicado a Oxum, orixá da beleza. (JB - 3/8/87)

AS ELEIÇÕES 'NAO SAO O ÚNICO PROBLEMA', DIZ D. LUCIANO

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que o tema das eleições presidenciais, tratada "com o devido interesse" pela sociedade, "não é o problema do país". Para d. Luciano, o mesmo interesse deveria estar

voltado, em maior grau até, para os "problemas básicos da população". Essas declarações foram feitas durante palestra a cerca de quinhentos fiéis católicos, no Teatro Deodoro (zona central de Maceió), sobre o tema "Fé e Política". D. Luciano esteve durante o fim-de-semana na capital alagoana participando das comemorações dos quinze anos do Movimento de Cursilho. O presidente da CNBB disse também que não se deve responsabilizar apenas os governantes responsabilidades pelas mudanças sociais no país. Ao ouvir críticas sobre a atuação da Igreja no plano político, d. Luciano respondeu que ela está "de acordo com a necessidade de mudanças radicais na estrutura social", acrescentando, entretanto, que não aceita que "o Estado tenha que mudar tudo". (FSP - 3/8/87)

PAPA PODERÁ NOMEAR BISPOS BRASILEIROS NA CÚRIA ROMANA

Com a transferência do arcebispo mineiro d. Lucas Moreira Neves da secretaria-geral da Congregação Vaticana para os Bispos para a Arquidiocese de Salvador (BA), e diante da aposentadoria do ex-arcebispo de São Paulo e atual administrador do Patrimônio da Sé Apostólica, d. Agnello Rossi, o papa João Paulo 2º poderá convocar dois outros bispos brasileiros para funções administrativas na Cúria Romana, como forma de participação direta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no governo central da Igreja. Os comentários sobre a possibilidade dessas designações são feitos em organismos pastorais ligados à CNBB, em Brasília. Segundo apurou a Folha, os nomes mais cotados, no momento, são os do bispo de Santa Maria (RS) e ex-presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter (citado nesses organismos pastorais como o bispo com maior possibilidade de ser indicado para o cardinalato, em consistório que será convocado pelo papa, em data ainda indefinida) e o arcebispo de Ribeirão Preto (SP), d. Romeu Alberti. (FSP - 30/7/87)

Política Nacional

PRESIDENTE CRITICA

ORGANIZADORES DA GREVE GERAL

O presidente José Sarney, afirmou ontem, em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", que os organizadores da greve geral marcada para o dia 20 de agosto são "aqueles que querem o Brasil do caos, aqueles que querem a política da terra arrasada". Sem citar especificamente nem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), entidades responsáveis pela articulação da greve, Sarney afirmou que o movimento "tem motivações políticas". Mais que isso: é organizado por "grupos radicais, que constituem uma pequena minoria no Brasil". Em sua mensagem, transmitida todas as sextas-feiras, em cadeia opcional de rádio, às 6h, o presidente disse que "estamos vencendo a briga salários versus preços". Sarney apresentou alguns indicadores que, na sua opinião, demonstram a vantagem dos salários em relação aos preços. (FSP - 1/8/87)

CUT A SARNEY:

GREVE É ÚLTIMO RECURSO

"Quem decide pela greve não é o presidente Sarney, mas os trabalhadores e o movimento sindical". Esta foi a resposta que o presidente da CUT, Jair Meneguelli, deu ao presidente José Sarney, que, através do seu porta-voz Frota Neto, considerou a paralisação prevista para o próximo dia 20 "inadequada ao momento político, social e econômico do País". A mesma observação o sindicalista fez em relação à posição manifestada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que entende ser a greve um movimento "inopor-tuno, político e sem apoio dos trabalhadores". Jair Meneguelli esteve ontem em Campinas, em uma reunião preparativa da

greve na cidade e região, e estimou que o movimento deverá reunir, no mínimo, o dobro do número de trabalhadores que aderiu à greve do dia 12 de dezembro do ano passado, "quando, segundo informações do SNI, tivemos 11 milhões de trabalhadores parados". Para o êxito do movimento, ele disse que conta principalmente, com "o grau de insatisfação popular observado hoje no País". Em São Bernardo, um dos membros da diretoria executiva da CUT, Gilmar Carneiro, afirmou que a entidade concorda com a posição do governo, expressa pelo porta-voz da Presidência da República, de que a "greve deve ser vista como último instrumento de reivindicação".

Mas, segundo Gilmar Carneiro, só restou aos trabalhadores apelar para esse instrumento: "Estamos diante do maior confisco salarial de todos os tempos. Politicamente, o País está caótico. A Constituinte, em matéria de defesa dos interesses dos trabalhadores, é um marasmo. A corrupção está aí para quem quiser ver, assim como o empreguismo. Vamos esperar mais o quê? Fizemos reuniões e mais reuniões com o governo, encontros com patrões, e o governo se mostrou indiferente a tudo para definir sua política econômica", afirmou. (FSP - 31/7/87)

GOVERNO NÃO ACEITA REVOGAÇÃO 'PURA E SIMPLES' DA LSN

O Palácio do Planalto não quer a revogação da atual Lei de Segurança Nacional - como prevê o projeto de lei do deputado Paulo Sérgio Ramos Barbosa (PMDB-RJ), que será apresentado na próxima semana ao Congresso Nacional - sem a aprovação de uma nova lei para substituí-la. "Sua revogação, pura e simples, não interessa. Todos os Estados modernos exigem mecanismos de defesa do Estado democrático", disse o secretário de Imprensa do Palácio, Frota Neto, que mandou um recado ao Congresso: "O Executivo entende que o Legislativo é

parte do Estado e, como tal, precisa de proteção". "Se o Congresso extinguir a SN sem substituí-la por uma outra, torna o governo impotente contra a ação de grupos radicais", disse o consultor jurídico do Ministério da Justiça, Sérgio Porto, encarregado pelo ministro Paulo Brossard de presidir a Comissão Coordenadora dos Estudos e Projetos de Interesse do Ministério da Justiça, que articula a redação da Lei de Defesa do Estado Democrático, encomendada ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para substituir a atual LSN. Brossard pediu Sérgio Porto que apresente o anteprojeto em breve. (FSP - 1/8/87)

Índios

ÁREAS PARA ÍNDIOS

O governo do Mato Grosso do Sul começará a demarcar cerca de 36 mil hectares de terras indígenas em 14 aldeias localizadas em 12 municípios. A medida é resultado de convênio assinado com o Ministério do Interior, que destinará cerca de Cz\$ 1,7 milhões, retirando a responsabilidade da Funai dessa demarcação. O programa deverá começar em um ano e irá beneficiar uma população de dez mil indígenas das nações terena, caiua, guarani, guató, embora exista um levantamento da 9ª Delegacia Regional da Funai classificando em 37 as áreas indígenas ainda não demarcadas. Segundo a Secretaria de Assuntos Fundiários, a primeira fase do projeto demarcará áreas em Limão Verde, município de Aquidauana. (ESP - 25/7/87)

COLONOS DEIXARÃO ÁREA INDÍGENA

As 176 famílias de colonos que ocupam a área indígena dos zorós, em Aripuana (Mato Grosso), serão removidos para outro local, conforme acordo entre os Ministé-

rios da Reforma Agrária e do Interior. Segundo o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Valter Albano Silva, serão necessários cerca de Cz\$ 50 milhões para começar o reassentamento de posseiros. Albano disse que a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve contatos com o Incra para estudar a melhor alternativa para o caso. (FOLHA DA TARDE/SP - 25/7/87)

FUNAI ATENDERÁ ALDEIAS ATINGIDAS PELA SECA

A 3ª Superintendência da Fundação Nacional do Índio (Funai), sediada em Recife, está elaborando um plano de emergência para atender as aldeias indígenas dos sertões de Alagoas e Pernambuco que perderam toda safra em consequência da seca. Os recursos solicitados pela Funai ao Ministério do Interior (Cz\$ 86 milhões) serão utilizados na recuperação e construção de obras, instalação de sistemas de captação de água e preparação do solo para plantio. (FOLHA DA TARDE/SP - 23/7/87)

ÍNDIOS TERÃO ARMAZÉM

Os 400 índios Apinagé, localizados no município de Tocantinópolis, ao norte de Goiás, terão agora uma cantina (armazém) para trocas em suas aldeias. A Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou proposta do indigenista Eni de Paula e do engenheiro agrônomo José Augusto Pereira, que irá viabilizar a economia daquele grupo, que tem no côco do babaçu sua principal fonte de renda. A Funai entrará como intermediária nas trocas e vendas dos produtos desenvolvidos pelas aldeias, para que haja maior controle na produção e uma real valorização dos produtos". Atualmente, com a implantação do projeto, a cantina já detém cerca de Cz\$ 800 mil em capital de giro, com a compra de bois e equipamentos para o cultivo da lavoura. Usado

pelos índios como alimento e cosmético, o babaçu é utilizado pela indústria para retirada do óleo, que pode ter diversas finalidades. (JORNAL DE BRASÍLIA/DF - 21/7/87)

COMUNIDADES INDÍGENAS DA REGIÃO DE RORAIMA

Sr.: "Nós abaixo-assinado, representantes das comunidades indígenas de Roraima, ficamos surpresos com o jornal **O Estado de S. Paulo** com a notícia que teve como título: 'Os índios levam o Exército à prontidão'. Gostaríamos de saber: - Por que um jornal publica tantas ofensas em relação aos índios? Por que este jornal só publica notícias contra os índios de Roraima? Seube abaixo relato dos fatos como se deram:

Em 09.07.87 na Aldeia Santa Cruz, Município de Normandia/RR, uma índia foi estuproada por jagunços do sr. Newton Tavares, pretenso proprietário da fazenda Guanabara, vizinho da citada Aldeia. Dois dias após os jagunços voltaram à Aldeia, fortemente armados, tomando as ferramentas dos índios e destruindo as plantações destes. Os índios diante de tais abusos e agressões prenderam os três jagunços e comunicaram Boa Vista.

Em 13.07.87 com chegada da polícia, que os índios pensavam viesse prender os jagunços, foram surpreendidos ao serem eles próprios espancados e presos. Na operação, sem que a situação justificasse, a polícia utilizou 2 helicópteros, 60 homens entre civis e militares, fortemente armados e disparando suas armas, além de dois membros do Exército, um dos quais identificado como tenente Varela. Dezenove índios foram presos (15 adultos e quatro menores) e encaminhados à SSP/RR em Boa Vista. No local ficaram dois indígenas que por terem sofrido fortes agressões físicas: um com quatro costelas quebradas e uma grávida de 7 meses que não tiveram

condições de ser removidos. Os detidos prestaram depoimentos e foram encaminhados à Penitenciária Agrícola de Boa Vista, sendo os quatro menores liberados. Na imprensa local e do Sul do País, os índios são colocados como os invasores da fazenda, seqüestradores e ladrões de gado, sendo o fazendeiro considerado proprietário, portador de título definitivo de 15.000 ha há mais de 50 anos. Se tal fato fosse verídico, constituiria base legal para o sr. juiz de Direito determinar a prisão dos índios, contando com anuência da Funai, o que não ocorreu. Entretanto, conforme laudo antropológico de dez./83 sobre a Aldeia Santa Cruz (Xununú é étanu em Makuxi), a antropóloga da Funai, Maria Guiomar de Melo, designada na ocasião para realizar identificação étnica nesta área, apurou junto ao Incra a existência de apenas um documento de posse de 1.000ha em nome do sr. Newton Tavares, sendo que o mesmo paga imposto equivalente a 10.000ha. Esta é a única documentação existente referente à fazenda Guanabara que o sr. Newton Tavares "comprou" em 1980 dos herdeiros do finado Farias. Não contando com título definitivo a propriedade do fazendeiro, há que se saber qual a base legal que a autoridade competente alega para a manutenção dos índios em cativeiro até a presente data. Diante do exposto e, em inúmeras outras ocasiões que ocorreram fatos semelhantes, o posicionamento das autoridades locais tem sido sempre à revelia em favor dos posseiros, sem investigação da documentação existente da terra, desrespeitando a identidade cultural e organização social indígena.

Mediante tais relatos temos a certeza que contaremos com o apoio do presente jornal no sentido de publicar a verdade em relação ao ocorrido. **Júlia Makuxi e Nelson da Silva Wapixana**, Brasília. (ESP - 23/7/87)

O ATAQUE DOS CINTAS-LARGAS

A agressão que os técnicos da missão do

Banco Mundial sofreram de um grupo de índios cintas-largas, no posto indígena de Rio Preto (área indígena de Aripuanã-MT), em 19 de junho passado, foi comandada por garimpeiros, instalados ilegalmente no local, com a cumplicidade de funcionários da Funai. A denúncia consta de carta complementar ao relatório da missão do banco, enviada ao coordenador do Polonoroeste, Miguel Angelo Arab, em Brasília, que recomenda, com urgência, a adoção de "medidas enérgicas" para impedir o "garimpo ilegal". Chefiados pelo cacique Naki, os índios do posto de Rio Preto impediram que a missão, que viajava com funcionários da Funai e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), entrassem na área, onde funciona, desde 11 de junho, um garimpo ilegal de ouro, em que trabalham 37 pessoas. Com tiros para o alto, socos e gritos, dizendo que "ninguém vai tirar os garimpeiros daqui", os índios só se acalmaram quando lhes foi dito que o interesse da missão era verificar as condições de saúde e higiene do posto e que não pretendia acabar com o garimpo, atribuição da Funai e não do Banco Mundial. Durante o incidente, os técnicos do Bird tomaram conhecimento, pelos próprios índios, que "gente da Funai" estaria colaborando com os garimpeiros, chefiados por um homem chamado Valdeir, da cidade de Alta Floresta (MT). Os garimpeiros prometeram aos funcionários da Funai, sob a condição de poderem extrair ouro no local, um sistema hidráulico e um gerador de eletricidade. A situação do posto, hoje, é "precária", como destaca o antropólogo Daniel Gross, chefe da missão do Bird. A presença dos garimpeiros dividiu os cintas-largas da região, pois nem todos concordam com o garimpo. Além disso, o próprio chefe do posto, João Andrade de Souza, está "em perigo de vida", pois, durante o incidente, foi feito refém pelo grupo de índios e só foi solto após a ga-

rantia da missão de que os garimpeiros não seriam expulsos. O relatório pede ainda que o incidente, o mais grave registrado nos 20 dias de trabalho da missão na área de abrangência do Polonoroeste, seja devidamente apurado pela Funai, indicando "a responsabilidade pelo ocorrido". O chefe da missão do Bird pede também que seja remetida, pela Funai, "uma cópia do relatório da referida apuração do Banco Mundial dentro de um prazo de 30 dias". O documento foi enviado em 7 de julho para a Funai e, 15 dias depois, a Fundação ainda não divulgou o fato. (JB - 23/7/87)

PROCURADOR VAI APURAR PRISÃO DE ÍNDIOS MACUXIS

O procurador da República e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Cláudio Fonteles, viaja hoje para Roraima para apurar as denúncias da prisão de 19 índios macuxis e as versões contraditórias, sobre o episódio, que chegaram ao Ministério da Justiça. De acordo com a versão dos índios, eles foram atacados por três empregados da fazenda Guanabara, de Newton Tavares, mas conseguiram dominá-los e os mantiveram presos até a chegada da polícia. A versão dos fazendeiros dá conta de que eles foram mantidos em cárcere privado na maloca Santa Cruz, dos macuxis. O resultado é que os índios foram presos e, à exceção de quatro já libertados por serem menores, estão incomunicáveis na penitenciária agrícola de Boa Vista. O fato ocorreu no dia 13, próximo ao Município de Normandia, a 150 quilômetros de Boa Vista. Policiais militares, civis e do Exército, comandados pelo secretário de Segurança de Roraima, coronel Carlos Alberto Menna Barreto, cercaram a aldeia e aprisionaram os 19 macuxis. A área indígena está sob litígio, já que os índios não aceitam a titulação da fazenda Guanabara, por estar em território macuxi.

Trabalhadores Urbanos

MENEGUELLI ACHA 'FALSA' A INFLAÇÃO OFICIAL DE JULHO

O índice de inflação de 3,05% para o mês de julho, divulgado sexta-feira pelo IBGE, "não corresponde à realidade sentida pelo trabalhador". A afirmação é do presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Meneguelli, que participou ontem pela manhã no Rio de uma reunião para preparar a greve geral marcada para o dia 20 de agosto. Segundo Meneguelli, "os aumentos da gasolina, do leite e do pão não foram computados, logo este índice é falso e irreal". Para o presidente da CUT, "fica cada dia mais claro que existem duas inflações: aquela que é divulgada pelo governo, e a real, que nós sentimos". Meneguelli contestou também as declarações feitas sexta-feira pelo presidente José Sarney, durante o programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", no qual afirmou que "estamos vencendo a briga salários versus preço" e que em julho o consumo geral cresceu em 20% e o de alimentos 10%, o que seria um indicativo do fim da crise econômica. "Para a classe trabalhadora o fim da crise não chegou", disse o presidente da CUT, lembrando a demissão, na sexta-feira, de 230 funcionários da Ford em São Bernardo do Campo. (FSP - 2/8/87)

SINDICATO DOS METALÚRGICOS PRETENDE "ZERAR" O RESÍDUO

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, anunciou ontem a estratégia de "zerar" até outubro, para os 370 mil trabalhadores da categoria, o recebimento do resíduo de 21,26% do gatilho salarial. Na avaliação da entidade, isto permitirá aos metalúrgicos entrarem na campanha sa-

larial de novembro concentrando forças na reivindicação da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, garantia de emprego e reposição das perdas salariais. Até ontem, 130 empresas metalúrgicas com um total de 47.422 trabalhadores haviam concordado formalmente em antecipar o pagamento do resíduo, na maior parte dos casos em três parcelas. A Scopus, indústria da área de informática com 1.400 trabalhadores, foi uma das poucas que concordou em pagar resíduo de uma só vez, a partir de 1º de agosto. Já a Metalúrgica Matarazzo optou por pagar 5% em julho, 5% em agosto e 11,26% em setembro, enquanto que a Indústria Villares pagará 10% em agosto e 5% em setembro, deixando o restante para uma posterior discussão. Medeiros afirmou que pretende negociar com a Fiesp na próxima quarta-feira. Na terça-feira, o Grupo 14 da entidade, que engloba os 22 sindicatos patronais do setor metalúrgico, reúne-se para discutir a reivindicação dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, para que o pagamento do resíduo seja entendido a todos os trabalhadores. (FSP - 1/8/87)

SINDICATO DOS METALÚRGICOS APÓIA GREVE GERAL

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que se colocava entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) como um dos maiores pontos de resistência à greve geral programada pelas duas centrais, decidiu aderir ao movimento, depois que a data de sua realização foi unificada para o dia 20 de agosto. A convocação dos metalúrgicos para a greve geral será o tema do próximo boletim do sindicato - tiragem de 150 mil exemplares -, conforme ficou decidido ontem numa reunião que Luiz Antonio de Medeiros realizou com os diretores do sindicato. Além de repetir as já costumeiras divergências entre as duas centrais,

que disputam a hegemonia do movimento sindical brasileiro, a discussão sobre a data da greve geral detonou, desta vez, uma grande disputa no interior da própria Central Geral dos Trabalhadores (CGT), envolvendo de um lado o secretário de Relações Internacionais e presidente do Sindicato dos Eletricitários, Antonio Rogério Magri, e seu aliado Medeiros e de outro lado o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Magri e Medeiros querem neutralizar a influência dos partidos de esquerda na CGT e, por tabela, questionam a própria liderança do presidente da central, Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, um moderado que cultiva sua liderança com base na arte de administrar tendências contrárias. Joaquinção foi socorrido pelo seu tradicional rival da CUT, Jair Meneguelli. Ao conseguir que a sua central mudasse a data proposta para a greve, do dia 12 para 20 de agosto, Meneguelli deixou aberta uma porta para Joaquinção manter o controle da direção da CGT, neutralizando momentaneamente a ameaça representada por Magri e Medeiros. (FSP - 30/7/87)

FEDERAÇÃO ACHA QUE GOVERNO QUER ACABAR COM O PISO SALARIAL

A decisão do governo de desvincular os pisos-salariais profissionais do salário mínimo é uma forma de acabar com o piso, "uma conquista de 20 anos". A denúncia é da Federação Nacional dos Engenheiros, que está tentando uma audiência com o Presidente José Sarney, na próxima semana, para discutir o assunto. - A política salarial deve ser discutida em todo o seu conjunto pela Constituinte. Não se pode admitir que estas conquistas terminem por decreto-lei - afirma o presidente da federação, Antônio Otaviano. O governo deci-

diu pela desvinculação, por considerar que esta situação provoca um achatamento do salário mínimo. A argumentação é de que o mínimo tem recebido reajustes menores, porque serve de base para outros salários, provocando um impacto considerável sobre a massa salarial. A federação argumenta, no entanto, que as categorias que possuem salário mínimo profissional - médicos, odontólogos, psicólogos, engenheiros, bancários e jornalistas - não chegam a representar 5% dos empregados em grandes empresas e menos ainda nas pequenas e médias. "É desprezível o impacto do aumento do salário mínimo sobre o conjunto da massa salarial", afirma uma nota da FNE. (JB - 2/8/87)

FOR DEMITE OUTROS 200 EM SÃO BERNARDO

A Ford demitiu 200 metalúrgicos horistas, diretamente ligados à produção, da fábrica de São Bernardo do Campo, aumentando para 2 mil 300 o número de demitidos naquela unidade, nos últimos dois meses. A montadora não confirmou oficialmente a formação, que chegou ao conhecimento do sindicato da categoria. O ciclo de demissões coletivas na Ford teve início no dia 26 de junho, quando o diretor de recursos humanos da Autolatina - a holding das empresas Ford e Volkswagen - Jacy Mendonça, anunciou a demissão de 4 mil 165 trabalhadores, sendo 2 mil 096 nas fábricas da Volkswagen e 2 mil 069 nas unidades da Ford. A Ford e a Volkswagen, juntas, estão produzindo por dia cerca de 1 mil 800 unidades, número inferior a capacidade máxima de 2 mil 200 unidades. O próprio presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, havia garantido que não iriam ocorrer novas demissões nas montadoras, caso houvesse uma reação nas vendas internas. (JB - 1/8/87)

O Fato

Os trabalhadores sem terra de Itaruma-MG, depois de muita luta, conseguiram a desapropriação da Fazenda Barreiro, localizada em Itaruma - MG, por decreto do Presidente Sarney em 1986.

Entretanto, os sem terra que viveram oito meses acampados no centro da cidade em grande penúria, ao entrarem na terra não receberam os recursos necessários para iniciar o plantio. Além disso foram impedidos de ocupar a área desapropriada. Os latifundiários recorreram à justiça e conseguiram liminar favorável.

Com recursos precários, sofrendo contínuas ameaças, depredações e violências, os posseiros resistiram até agora. Em 1986, plantaram e conseguiram, neste ano, uma boa colheita.

Na área em que os lavradores plantaram, necessário se fazia cercar para proteger o gado do fazendeiro. A proprietária que recorreu à justiça e recebeu em 07 de julho próximo passado, liminar favorável, levou para a área um contingente de 80 policiais devidamente armados. Prenderam lavradores, fizeram ameaças e finalmente hoje 9/7 os expulsaram.

Corre risco de vida o Pe. Divino Aizza, coordenador da CPT do Triângulo Mineiro, ameaçado por membros da família latifundiária.

Denunciamos a morosidade da justiça que anula um decreto do Presidente da República e gera tanta dificuldade para os que tem direito à terra e dela precisam para viver e trabalhar.



Solicitação

Exigimos das autoridades competentes sustarem o despejo e executem o reassentamento das famílias. Que a polícia deixe livre o trânsito para os posseiros e os defenda da agressão dos que se dizem donos da terra.

Cartas e telegramas para:

- PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney
Palácio do Planalto
70159 - Brasília - DF

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Paulo Brossard
Esplanada dos Ministérios
70064 - Brasília - DF

- MIRAD
SBN-Palácio do Desenvolvimento
18º andar
70086 - Brasília - DF

- INCRA
Jaffet Abraão
Rua Sapucaí, 429
30150 - Belo Horizonte -
MG

- GOVERNO DO ESTADO
Newton Cardoso
Praça da Liberdade, s/nº
30148 - Belo Horizonte - MG

Fonte:
(Com. Pastoral da Terra)
Av. 03, 1083 - Praça da
CEMIG
32.000 - Contagem - MG